



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 162

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 162

151ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 03

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 04

Discussão/Votação

Redação Final05

2ª Discussão22

Requerimentos22

Sinopse22

Encerramento da Sessão23

Publicações:

Comissão Executiva

Atos24

Diretoria Geral

Portarias24

Atas de Comissões

Finanças25

DIÁRIO Nº 162

151ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 151ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Tadeu Veneri.

Presenças:

Às doze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste,

Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Elton Welter, Ademir Bier, Artagão Júnior, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Reni Pereira (10),

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Dr. Batista e Luiz Eduardo Cheida (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do

Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 3999, 4000, 4001 e 4002/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 538/09, de autoria do Deputado Nelson Justus; 431/09, de autoria do Deputado Nereu Moura; 487/09 do Deputado Luiz Nishimori, e 465/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 968/09

SÚMULA:

Propõe atenção especial a necessidade de instalação de três poços artesianos em comunidades rurais do Município de Janiópolis.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize viabilização da instalação de três poços artesianos em comunidades rurais do Município de Janiópolis.

II - Por proposição dos nobres Vereadores do Município, que por ofício nos pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os dias atuais têm dificuldades em obter água potável canalizada.

III - O atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - Portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 969/09

SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento ao fornecimento de uma ambulância para o Município de Janiópolis.

Sr. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial e atendimento da necessidade do fornecimento de uma ambulância ao Município de Janiópolis.

II - Os moradores nos relatam as dificuldades encontradas e pedem empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, para o atendimento deste grande problema da falta de um veículo adequado para fazer o atendimento médico emergencial para a população.

III - Relatam-nos, ainda, que a intenção é minimizar a incidência de mortes em decorrência da falta de transporte adequado.

IV - Para a melhora imediata dos atendimentos e dos serviços oferecidos aos munícipes e da região é por demais importante a aquisição de uma ambulância.

V - A solicitação se justifica perfeitamente diante da situação atual.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de paranaenses que se beneficiaram dos atendimentos no Município e região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 6289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(a) TERUO KATO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No último pronunciamento de 2009 gostaria de me referir especialmente aos meus colegas de plenário. Talvez não fosse nem necessário eu ter vindo à tribuna para falar isso, poderia me dirigir especialmente a cada um deles. Mas acho que é importante a minha manifestação, porque por dezenas de oportunidades eu vim a esta tri-

buna, onde eu me sinto bem, que é a tribuna da Oposição, para fazer cobranças, alguns pronunciamentos um pouco mais ácidos, mas alguns discursos que eu considero de grande importância, porque não representam só a minha opinião, representam a opinião de milhares de paranaenses. E como um Deputado de primeiro mandato, como um calouro aqui na Assembleia Legislativa, eu tinha que falar ao Estado do Paraná que conheci pessoas de bem aqui. Conheci grandes cidadãos, e me orgulho de poder trabalhar com alguns Parlamentares que possuem uma história, que possuem grandes missões e possuem caráter.

Eu poderia falar de muitos, mas neste meu pronunciamento eu vou falar apenas de um Parlamentar, que me recebeu aqui na Assembleia Legislativa, ainda novato, sem experiência nenhuma, querendo aprender, e eu aprendo muito rápido, mas ele me deu uma oportunidade que eu nunca mais vou esquecer. Quero me dirigir ao Deputado Duílio Genari, a quem eu considero como meu padrinho. Deputado Duílio, todas as vezes que eu o encontro no corredor, aqui no plenário, e quando me dirijo ao senhor como meu padrinho, é de coração. Porque aprendi com a minha família, minha família humilde, uma família que me ensinou os meus deveres, me ensinou a respeitar os mais velhos e respeitar as pessoas de caráter.

Então, dizendo isso estou cumprimentando a todos os outros colegas Parlamentares que me ajudaram. Eu tive grandes amigos aqui que me defenderam nos meus posicionamentos, tive amigos que me ajudaram em grandes projetos. E termino o ano com um grande orgulho de poder dizer que eu apresentei 129 projetos de lei; desses, 11 viraram leis. Seis emendas que foram importantes e se tornaram leis para o Estado do Paraná. E o meu posicionamento como opositor continuou da mesma forma, com as dificuldades, todos os cidadãos do Paraná sabem o quanto é difícil fazer uma cobrança, pedir, solicitar da tribuna da Oposição, sabendo que também existem as dificuldades por parte do Governo, e respeito também. Muitos dos meus requerimentos, dos meus pedidos, dos meus projetos, das minhas ações, aqui não prosperaram, mas vou continuar.

Senhor Presidente, eu como brasileiro não desisto nunca. Acredito sempre que podemos ter dias melhores. Acredito que a Assembleia Legislativa realmente avançou, mas precisamos melhorar ainda muito mais. O Governo do Estado realizou boas ações e eu preciso ter a responsabilidade de falar isso. Se obras estão acontecendo, se boas ações também estão se apresentando no nosso Estado, é devido ao trabalho, não só da Bancada da Oposição, de cada Parlamentar e, principalmente, do trabalho da imprensa.

Quando cheguei à Assembleia Legislativa entendi a máxima de que a imprensa, a mídia é, sim, o quarto poder. E um poder gigantesco. E porque não dizer a cobrança de cada cidadão. As cobranças que nosso povo faz para os políticos são de grande valia, de grande neces-

sidade. E temos que receber essas críticas e aprender com isso.

Neste último pronunciamento, quero me dirigir à Cidade onde nasci, a cada cidadão da Cidade de Ponta Grossa. Por muitas vezes ouvi amigos, companheiros, Deputados aqui falarem sobre a atuação dos Parlamentares de Ponta Grossa. Mesmo em tom de brincadeira eu me senti orgulhoso, porque antes de chegar aqui, esperava isso. Esperava que o Estado do Paraná inteiro falasse sobre a nossa região, sobre a região dos Campos Gerais com mais veemência, com mais contundência. E isso é reconhecimento de tudo o que estamos fazendo.

E como estamos chegando próximo ao Natal, e é uma época de paz, quero me dirigir também aos colegas de Ponta Grossa. Deputado Plauto, quero agradecer pelos apoios que deu aos meus projetos, pelo seu posicionamento aqui na Assembleia Legislativa. Quero agradecer o Deputado Jocelito, mesmo com as nossas divergências políticas, nossas adversidades políticas mesmo, mas temos que, neste momento, dizer que podemos melhorar nossos relacionamentos por um bem maior, pelo que o nosso povo quer. Agradecer o Deputado Péricles de Mello, e tenho muito orgulho de poder dizer que uma das leis mais importantes aprovadas na Assembleia Legislativa teve a minha parceria com a do Deputado Péricles, que é o ingresso das crianças de seis anos ao primeiro ano. E eu fico muito feliz!

E, principalmente, a cada um dos meus eleitores, cada ponta-grossense e cada paranaense, preciso dizer que a minha maior realização pessoal não é ser Deputado, não é ser político; a minha maior realização pessoal é poder honrar a confiança dos meus amigos, das pessoas que mesmo sem saber se eu seria um bom político ou não, depositaram sua fé no meu nome e no meu trabalho.

Feliz Natal! Deus abençoe a todos vocês!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 968/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante da Ordem do Dia, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, especial atenção a necessidade de instalação de três poços artesianos em comunidades rurais do Município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 969/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, especial atenção e atendimento ao fornecimento de uma ambulância

para o Município de Janiópolis. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 658/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que torna obrigatória a previsão e futura instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo, no projeto e execução de novas obras. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 658/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo, no projeto e execução de novas obras por parte do empreendedor de:

- I - prédios de apartamentos;
- II - outros imóveis ou áreas que se caracterizem pela pluralidade de unidade de consumo.

Art. 2º O não cumprimento do artigo 1º desta lei acarretará nas seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 3º O Poder Público regulamentará a presente lei em 120 (cento e vinte) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 532/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a alínea p.1 do artigo 14 da Lei nº 16016 de 19/12/08. (ICMS). **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 532/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a alínea p.1 do artigo 14 da Lei nº 16016 de 19/12/08, que introduziu alterações na Lei nº 11580, de 14/11/96, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. ...

p) combustíveis:

1. combustíveis de aviação.

z) automotriz para espalhar e calcar pavimentos betuminosos (NCM 8479.1010), reservatórios (NCM 7310.1000) e outs: vassouras, escovas, pincéis, espanadores, rodos, etc. (NCM 9603.9000).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 540/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/09, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 2010. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 540/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 27.611.847.430 (vinte e sete bilhões, seiscentos e onze milhões, oitocentos e

quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.564.903.910 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e três mil, novecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 25.046.943.520 (vinte e cinco

bilhões, quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte reais).

Parágrafo Único. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 35 da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00		
1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$	24.578.181.880
1.1 Receitas Correntes	R\$	22.637.047.050
1.2 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$	22.013.277.970
2.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$	22.637.047.050
2.2 Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
2.3 Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$	20.072.143.140
2.4 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
3. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes (exclusive transferências do Tesouro Estadual).	R\$	1.564.103.570
3.1 Receitas Correntes	R\$	1.404.608.380
3.2 Receitas de Capital	R\$	159.495.190
4. Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual).	R\$	1.469.561.980
4.1 Receitas Correntes	R\$	1.234.893.980
4.2 Receitas de Capital	R\$	234.668.000
5. Total da Receita Bruta	R\$	27.611.847.430
6. Total da Receita Líquida para fixação da despesa	R\$	25.046.943.520
6.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$	25.276.549.410
6.2 Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
6.3 Receitas Correntes Líquidas para fixação da despesa	R\$	22.711.645.500
6.4 Receitas de Capital	R\$	2.335.298.020

Art. 3º A previsão de receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes à deferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 23.577.381.540 (vinte e três bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 5º O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreen-

dendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.469.561.980 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da dívida pública externa e interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A reserva de contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 931.350 (novecentos e trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais).

Art. 9º O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 14, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2010, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecido a preços de 30/06/09, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2009, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orça-

mentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, o pagamento da dívida pública, com as transferências constitucionais aos Municípios, com sentenças judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício de 2010, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 33, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução

das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as modalidades de aplicação definidas neste orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações e nas programações contidas nos anexos desta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a proceder ajustes nos seus orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual n° 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta lei na Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos

específicos nas Unidades Orçamentárias Executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei n° 16193, de 30/07/09.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal n° 4320, de 17/03/64, sendo vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2° dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional n° 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/09, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/10, conforme disposto no artigo 31 da Lei n° 16193, de 30/07/09.

Art. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento

do Balanço Geral do Estado de 2009, 80% (oitenta por cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2009.

§ 1º - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do *caput* deste artigo no Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, serão executados em ações do Batalhão de Polícia Rodoviária e no Departamento de Estradas de Rodagem - DER na sinalização de rodovias e vias urbanas.

§ 2º - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, enquadradas na vinculação de origem.

§ 3º - Fica excluída das exigências do contido no *caput* deste artigo os recursos do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais, municipais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2010.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 029, de 13/09/00.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, o valor de R\$ 15.800.000 (quinze milhões e oitocentos mil reais), para implementar na Secretaria de Estado da Segurança Pública o Programa Patrulha Escolar Comunitária, através do - BPEC e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, utilizando como recursos o excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, recursos no valor de R\$ 122.400.000 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo IX desta lei, utilizando como recursos o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN efetivada durante o exercício de 2010, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4320 de 17/03/64.

Art. 31. Passam a integrar a presente lei os Anexos VII, VIII, IX e X devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor em 01/01/10.

Sala das Comissões, em 16/12/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO - Presidente em exercício
NEREU MOURA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 620/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/09, que objetiva estabelecer a quantidade de cargos de provimento em comissão e de exercício de funções acadêmicas na estrutura organizacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 620/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha o ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos do Professor de Ensino Superior, e que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07/05/97, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14825, de 12/09/05 e pela Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15050, de 12/04/06, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14269, de 22/12/03.

§ 2º Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo Único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 3º Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 1º As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de professor de ensino superior, de que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07/05/97 com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14825, de 12/09/05 e pela Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15050, de 12/04/06, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14269, de 22/12/03.

§ 2º As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

§ 3º O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 4º A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-extras.

Art. 5º Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas instituições estaduais de ensino superior, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das instituições estaduais de ensino superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

Art. 11. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 12. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ANEXO I CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
DA-1	Chefe de Gabinete do Reitor.	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Chefe de Procuradoria ou Assessoria Jurídica (Procurador Geral).	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Chefe ou Assessor de Comunicação Social.	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Diretor Geral de <i>Campus</i> com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas.				5		3							
DA-1	Diretor Geral de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas com unidades de ensino vinculadas.	9	7	6		9								
DA-1	Diretor Superintendente do Hospital Universitário.	1	1		1									
DA-1	Prefeito de <i>Campus</i> Universitário.	1	1	1										
DA-1	Pró Reitor.	6	6	6	6	6	6							
DA-2	Chefe Geral de Auditoria e Controladoria.	1	1	1	1	1	1							
DA-2	Chefe ou Coordenador de Unidade Responsável por Concursos e/ou Processos Seletivos .	1	1	1	1	1	1							
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas/acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de <i>Campus</i> .				16		10							
DA-3	Assessor Técnico.	5	5	5	5	5	5							

ANEXO I CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
DA-3	Diretor de <i>Campus</i> com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas.		5	5		2								
DA-3	Diretor de Órgão Suplementar.	18	18	18	17	17	16							
DA-3	Diretor de Prefeitura de <i>Campus</i> Universitário.	3	3	3										
DA-3	Diretor de Pró-Reitoria.	16	16	16	16	16	13							
DA-3	Vice-Diretor Geral de <i>Campus</i> .						3							
DA-3	Vice-Diretor Geral de Centro de Ensino.	9	7	6		9								
DA-4	Assessor Técnico.							2	2	2	2	2	2	2

ANEXO II TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
DA-1	2.959,33
DA-2	2.537,18
DA-3	2.324,47
DA-4	1.147,94

ANEXO III FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
FA-1	Chefe de Departamento ou Coordenador de Área de Ensino.	57	44	37	50	38								
FA-1	Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .	78	72	51	65	44	22	8	11	7	8	8	6	9
FA-1	Coordenador de Serviço.	5	5	5	5	5								
FA-1	Vice-Diretor de Colégio de Aplicação.	1	1	2										
FA-2	Chefe de Divisão.	94	95	52	68	52	35	6	6	6	6	6	6	6
FA-2	Secretário de Órgão de Direção Superior (Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de <i>Campus</i> , Prefeitura de <i>Campus</i> Universitário).	18	16	15	13	17	5							
FA-3	Assistente técnico.							3	3	3	3	3	3	3
FA-3	Encarregado de Seção ou Supervisor de Serviço.	188	190	104	120	104	93	9	9	9	9	9	9	11
FA-3	Secretário de Direção de Centro de Ensino.				16									

ANEXO IV TABELA DE VALORES PARA AS FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
FA-1	1.147,94
FA-2	847,15
FA-3	467,99

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 680/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 125/09, que dispõe que os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer

Bens ou Direitos, correspondentes a fatos geradores ocorridos até 30/11/09, poderão ser pagos em parcela única ou até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observados os limites e condições que especifica. **Apro- vada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 680/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, lançados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, correspondentes a fatos geradores ocorridos até 31/12/09, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições e os limites estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único. O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

Art. 2° O débito consolidado poderá ser pago:

I - com a dispensa de 95% (noventa e cinco por cento) do valor da multa e de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros vencidos incidentes sobre os valores do imposto e da multa, na hipótese de o sujeito passivo efetuar o pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, até 29/01/10;

II - com a dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor da multa e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros vencidos incidentes sobre os valores do imposto e da multa, caso o sujeito passivo opte pelo parcelamento do crédito tributário em até 60 (sessenta) meses;

III - com a dispensa de 50% (cinquenta) do valor da multa e de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros vencidos incidentes sobre os valores do imposto e da multa, caso o sujeito passivo opte pelo parcelamento do crédito tributário em até 120 (cento e vinte) meses.

Parágrafo Único. Os benefícios previstos nesta lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas no caso de pagamento com insuficiência de valores.

Art. 3° O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 22/01/10, mediante requerimento a ser protocolizado na Delegacia Regional da Receita - DRR ou na Agência da Receita Estadual - ARE, do domicílio tributário do interessado, que indique todos os débitos que pretende parcelar, conforme modelo constante do Anexo Único desta lei, destinado ao Delegado Regional da Receita, subscrito pelo contribuinte ou seu representante legal, devendo esse último anexar cópia do instrumento de mandato.

§ 1° O crédito parcelado está sujeito:

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e

de Custódia - SELIC, mensal, aplicada sobre os valores do imposto e da multa constantes da parcela;

II - a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do disposto no inciso anterior;

III - ocorrendo o pagamento antecipado das parcelas, a juros vincendos correspondentes ao somatório da SELIC mensal, até a data do efetivo pagamento.

§ 2° O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 350 (trezentos e cinquenta reais), devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o dia 29/01/10 e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 3° Tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído também com certidão do pagamento das custas processuais e do pagamento ou parcelamento dos honorários advocatícios, que nesse caso ficam reduzidos para 1% (um por cento) do valor do débito fiscal a ser parcelado, excluídos os relativos a embargos, ações incidentes, cautelares e ordinárias, cujos honorários serão devidos de acordo com a respectiva decisão judicial, além da prova de penhora de bens suficientes em garantia para liquidação do débito, visando à suspensão do processo de execução.

§ 4° Exige-se, para o pedido do parcelamento, a expressão renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como a desistência dos já interpostos para discussão dos créditos tributários incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5° O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais.

§ 6° A falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado no Tempo de Acordo de Parcelamento, ou o inadimplemento de três parcelas, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a 90 dias, implica rescisão do parcelamento.

§ 7° A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive dos juros e da multa, prevalecendo os benefícios previstos nesta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo que as quantias não pagas serão inscritas em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 8° A redução dos honorários advocatícios, de que trata o parágrafo 3°, se aplica, também, na hipótese de quitação em parcela única dos créditos tributários ajuizados para cobrança executiva.

Art. 4° O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 720/09, de autoria da Comissão Executiva, que transforma, extingue, cria e reestrutura cargos do Poder Legislativo Estadual, bem como adota outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 720/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Art. 1º A presente lei adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 2º Ficam extintos os seguintes cargos efetivos:

- I - 30 (trinta) cargos de Consultor Jurídico;
- II - 10 (dez) cargos de Assistente de Comissão;
- III - 13 (treze) cargos de Secretário de Comissão;
- IV - 13 (treze) cargos de Auxiliar de Comissões Permanentes;
- V - 14 (quatorze) cargos de Técnico Administrativo;
- VI - 04 (quatro) cargos de Agente de Saúde;
- VII - 10 (dez) cargos de Consultor Administrativo;
- VIII - 10 (dez) cargos de Consultor Legislativo;
- IX - 04 (quatro) cargos de Técnico em Contabilidade;
- X - 15 (quinze) cargos de Assistente Administrativo;
- XI - 05 (cinco) cargos de Auxiliar Administrativo;
- XII - 08 (oito) cargos de Ascensorista;
- XIII - 15 (quinze) cargos de Recepcionistas;
- XIV - 04 (quatro) cargos de Segurança;
- XV - 05 (cinco) cargos de Servente;
- XVI - 02 (dois) cargos de Telefonista;
- XVII - 01 (um) cargo de Cinegrafista.

Parágrafo Único. As alterações, transformações e criações dispostas no corpo da presente lei ajustarão o Quadro de Pessoal Efetivo à realização eficiente das atividades do Poder Legislativo Estadual, que estabelecer-se-á nos moldes ao Anexo I.

Art. 3º Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 120 (cento e vinte) cargos GPC1;
- II - 120 (cento e vinte) cargos GPC2;
- III - 120 (cento e vinte) cargos GPL1;
- IV - 120 (cento e vinte) cargos GPL2;
- V - 12 (doze) cargos GPE1;
- VI - 09 (nove) cargos AE-1.

Art. 4º Ficam transformados em igual número de cargos, aqueles que possuem as simbologias GP, GP1, GP2, GP3, GP4, GP5, GPE1, GPE2 e GPE3 em simbologias G1, G2, G3, G4, G5, G6 e G7.

§ 1º A nova simbologia prevista no *caput* terá seus vencimentos básicos estabelecidos nos moldes do Anexo II desta lei.

Art. 5º Ficam transformados em igual número de cargos, aqueles que possuem as simbologias 1-C, 3-C, 4-C, 6-C em simbologia G.

Art. 6º Ficam transformados 05 (cinco) cargos de simbologia 1-G, em 01 (um) cargo de simbologia DAS-01.

Parágrafo Único. Ficam transformados os cargos restantes que possuem as simbologias 1-G em simbologia G.

Art. 7º Fica alterada a nomenclatura de 09 (nove) cargos de Subdiretor Geral, em 09 (nove) cargos de Assessor de Diretoria, sem prejuízo da simbologia utilizada.

Capítulo II

Art. 8º Os cargos remanescentes transformados pelo Capítulo I, salvo os já existentes, ficam reestruturados nos termos dos artigos seguintes:

Art. 9º Cada gabinete parlamentar contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de simbologia DAS-02;
- II - 01 (um) cargo de simbologia DAS-05;
- III - 01 (um) cargos de simbologia G1;
- IV - 01 (um) cargos de simbologia G2;
- V - 02 (dois) cargos de simbologia G3;
- VI - 02 (dois) cargos de simbologia G5;
- VII - 05 (cinco) cargos de simbologia G6;
- VIII - 10 (dez) cargos de simbologia G7.

Art. 10. As lideranças ou blocos poderão contar com a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia G2;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G3;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia G4;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia G5;

Art. 11. As Comissões poderão contar com a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia G2;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G3;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia G4;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia G5;

Art. 12. A Presidência contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia DAS-05;
- IV - 04 (quatro) cargos de simbologia G5;

Art. 13. Os gabinetes da 1ª, 2ª e 3ª Vice-Presidência contarão com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia G5;

Art. 14. O gabinete da 1ª Secretaria contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- III - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-05;
- IV - 04 (quatro) cargos de simbologia G5;

Art. 15. O gabinete da 2ª Secretaria contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 03 (três) cargos de simbologia DAS-05;

Art. 16. Os gabinetes da 3ª, 4ª e 5ª Secretarias contarão com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia G5.

Art. 17. O gabinete da Procuradoria Geral contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 10 (dez) cargos de simbologia DAS-05.

Art. 18. A administração do Poder Legislativo Estadual contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 60 (sessenta) cargos de simbologia DAS-05;
- II - 150 (cento e cinquenta) cargos de simbologia G5;
- III - 150 (cento e cinquenta) cargos de simbologia G6.

Art. 19. A Diretoria Geral contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de simbologia DAS-01;
- II - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- III - 01 (um) cargo de simbologia DAS-04;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-5;
- V - 01 (um) cargo de simbologia G1;
- VI - 03 (três) cargos de simbologia G4.

Art. 20. Caberá às outras diretorias a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 05 (cinco) cargos de simbologia DAS-05;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G5.

Parágrafo Único. A Coordenação da Gráfica terá um cargo de provimento em comissão de simbologia DAS-2.

Capítulo III

Art. 21. A Comissão Executiva concederá gratificação de apoio administrativo, para aqueles serviços que exercerem função de auxílio à administração, desde que regularmente atestado pelo chefe do setor onde estiver lotado, exclusiva aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, nos termos e determinações estabelecidas pela Comissão Executiva.

§ 1º A gratificação pretendida destina-se tão somente àqueles servidores que exerçam funções especiais, que cumpram carga horária superior à regulamentar, assim definidas em regulamento próprio.

§ 2º A gratificação possui natureza transitória e não compõe a base de cálculo para fins previdenciários.

Art. 22. Os benefícios estabelecidos na Lei nº 6174 de 16/11/70, especialmente as gratificações pelo exercício de encargos especiais previsto nos artigos 172, VIII, 173 e 178, poderão ser concedidas aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, nos moldes regulamentados pela Comissão Executiva do Poder Legislativo.

Art. 23. Os servidores efetivos, estáveis, bem como os ocupantes de cargos de provimento em comissão será concedido verba de representação, atinente à natureza do cargo desempenhado, nos moldes e limites regulamentados pela Comissão Executiva do Poder Legislativo, nos moldes do Anexo III.

Art. 24. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

Capítulo IV

Art. 25. Fica expressamente vedada a acumulação de cargos.

Art. 26. A indicação para os cargos de provimento em comissão e a fixação dos respectivos níveis de retribuição, serão feitas pelo titular do gabinete, observada ainda a limitação de verba de gabinete.

Parágrafo Único. A movimentação nos níveis de retribuição independe de exoneração e nomeação, atingirá somente o salário-base, e surgirá efeitos a partir da data de comunicação à Diretoria Geral, nos moldes estabelecidos em ato da Comissão Executiva.

Art. 27. O disposto no artigo 8º que não for contemplado pelo capítulo II, terá sua destinação vinculada à deliberação específica do Presidente da Assembleia Legislativa.

Art. 28. O disposto nos artigos 10 e 11 da presente lei serão regulamentados por ato da Comissão Executiva.

Art. 29. Ato da Comissão Executiva regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto nesta lei, bem como disciplinará os casos omissos.

Art. 30. Os cargos de simbologia DAS não referidos na presente lei, manterão suas características originais.

Art. 31. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta e dotação orçamentária próprias do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 32. As alterações, transformações, incorporações e criações dos cargos previstos nesta lei, assim como qualquer aumento de despesa dela decorrente, ficam condicionados ao cumprimento dos requisitos e dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ANEXO I

Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Procurador 1ª classe	02	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB	PR1
Procurador 2ª classe	03	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB	PR2
Procurador 3ª classe	04	Diploma de Bacharel em Direito com inscrição na OAB	PR3
Consultor Jurídico	05	Curso superior em Direito com inscrição na OAB	F01 até G11

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO			
Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Consultor Técnico Legislativo	03	Curso Superior	
Assistente de Comissão	05	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Legislativo	15	Curso Superior	F01 até F11
Secretário de Comissão	02	Curso Superior	F01 até F11
Auxiliar de Comissões Permanentes	02	Ensino Médio (2º Grau)	C01 até C11
Taquígrafo	15	Curso de taquígrafo	E01 até F11
Jornalista	07	Curso Superior	F01 até F11

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO			
Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
ÁREA UNIVERSITÁRIA			
Consultor Jurídico	30	Curso Superior em Direito e inscrição na OAB	F11 até G11
Consultor Legislativo	10	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Administrativo	50	Curso Superior	E01 até F05
Biblioteconomista	01	Curso Superior	E01 até E10

ÁREA DE SAÚDE			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Médico	18	Diploma de Medicina	F01 até F11
Dentista	10	Diploma de Odontologia	F01 até F11
Enfermeiro	02	Diploma de Enfermagem	D01 até D11
Auxiliar de Enfermagem	06	Curso Técnico de Enfermagem	D01 até D11
Agente de Saúde	15	Diploma de Curso Superior em outras áreas de Saúde	E01 até E11
Biólogo	02	Curso Superior	D01 até D11

ÁREA DE INFORMÁTICA			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Analista de Sistemas	04	Curso Superior	F01 até F11
Programador "A"	03	Curso Superior	F01 até F11
Programador "B"	04	Curso Técnico	D01 até D11
Operador	10	Curso Técnico	D01 até D11
Digitador	10	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA DE ARTES GRÁFICAS			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Editor	04	Curso Técnico	D01 até D11
Designer Gráfico	03	Curso Técnico	D01 até D11
Revisor	04	Curso Superior	E01 até F11
Arte-Finalista	04	Curso Técnico	D01 até D11
Impressor	06	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA DE ARTES GRÁFICAS			
Encadernador	06	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA TÉCNICA ADMINISTRATIVA			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Técnico Administrativo	95	Ensino Médio (2º Grau)	C01 até C11
Contabilista	05	Curso Superior	E01 até F11
Técnico em Contabilidade	20	Curso Técnico em Contabilidade	D01 até D11
Calígrafo	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Fotógrafo	03	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Cinegrafista	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D09
Músico	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D09
Almoxarife	06	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Auxiliar Cerimonial	10	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Técnico em Climatização	04	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Técnico de Som	03	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Digitador	16	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Bibliotecário	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11

ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Assistente Administrativo	30	Ensino Fundamental (1º Grau)	A01 até A11
Auxiliar Administrativo	55	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Ascensorista	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Garagista	06	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Jardineiro	04	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Mecânico	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Motorista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Porteiro	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Recepcionista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Segurança	20	Ensino Fundamental (1º Grau)	B05 até C11
Servente	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Telefonista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Zelador	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11

ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS			
Operador de Fotocopiadora	05	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Auxiliar de Plenário	08	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Garçon	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Pintor	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Eletricista	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Carpinteiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Pedreiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Barbeiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Chaveiro	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11

ANEXO II

Simbologia	Valor
G	R\$ 4.000,00
G1	R\$ 4.000,00
G2	R\$ 3.500,00
G3	R\$ 3.000,00
G4	R\$ 2.500,00
G5	R\$ 1.800,00
G6	R\$ 1.200,00
G7	R\$ 600,00

I

ANEXO III

Nível	Limite da Verba de Representação
Nível básico e médio	até 20% (vinte por cento) do vencimento básico
Outros cursos de Nível Superior	até 40% (quarenta por cento) do vencimento básico
Nível Superior - com inscrição na OAB	até 80% (oitenta por cento) do vencimento básico
Comissionados	até 100% (cem por cento) do vencimento básico

ANEXO IV

Simbologia	Correspondência
G	Nível G, referência 11
G1	Nível G, referência 01
G2	Nível F, referência 11
G3	Nível F, referência 01
G4	Nível E, referência 11
G5	Nível E, referência 01
G6	Nível C, referência 11
G7	Nível C, referência 01

ANEXO V

	5,00%							
	AA	A	B	C	D	E	F	G
1	925,54	1.727,68	2.025,72	2.375,18	2.784,92	3.265,29	3.828,43	4.488,71
2	952,53	1.752,74	2.055,22	2.409,80	2.825,49	3.313,06	3.884,22	4.544,50
3	980,81	1.778,38	2.085,15	2.444,89	2.866,66	3.361,14	3.940,82	4.601,07
4	1.010,39	1.804,30	2.115,54	2.480,51	2.908,43	3.410,11	3.998,22	4.658,48
5	1.041,23	1.830,59	2.146,37	2.516,67	2.950,82	3.459,78	4.056,47	4.716,74
6	1.073,37	1.857,25	2.177,66	2.553,31	2.993,83	3.510,18	4.115,57	4.775,84
7	1.106,78	1.884,32	2.209,38	2.590,53	3.037,43	3.561,32	4.175,50	4.835,84
8	1.141,50	1.911,77	2.241,60	2.628,30	3.081,72	3.613,22	4.236,35	4.896,67
9	1.177,49	1.938,68	2.274,30	2.666,61	3.126,62	3.665,86	4.298,09	4.958,30
10	1.214,77	1.967,94	2.307,43	2.705,46	3.172,19	3.719,26	4.360,70	5.020,99
11	1.253,33	1.996,60	2.341,05	2.744,90	3.218,43	3.773,45	4.424,23	5.084,54

1F	19,92
2F	16,92
3F	14,92
4F	11,96
5F	10,95
6F	8,92
7F	6,95

PR1	6.957,40
PR2	6.609,53
PR3	6.262,88

CONS. TEC. LEG.	
CT0	6.748,68

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 078/09, proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a redação do artigo 170 da Constituição Estadual, obrigando Estado e Municípios a dotarem de serviços adequados de saúde o atendimento da família, da mulher, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, na forma que especifica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 144/09, de 24/11/09, em Proposta de Emenda e em Avulsos).**

2ª Discussão**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 138/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de São José dos Pinhais. COM PARECERES

FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC DE PLENÁRIO.
Aprovado, artigo por artigo.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, requerimento nº 6289, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos o ano legislativo, solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Fernando Scanavaca que proceda à leitura da sinopse dos trabalhos realizados até a presente data.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Scanavaca**)

(Procede à leitura da sinopse dos trabalhos legislativos e administrativos do período ordinário do ano de 2009).

Sinopse:

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DIRETORIA LEGISLATIVA	
SINOPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO ORDINÁRIO, COMPREENDIDO ENTRE 15 DE FEVEREIRO E 22 DE DEZEMBRO DE 2009.	
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA	
Sessão de Instalação dos Trabalhos	00001
Sessão Especial	00001
Sessões Ordinárias	00151
Sessões Extraordinárias	00010
Sessões Solenes	00024
Audiências Públicas	00044
Projetos de Lei Apresentados	00735
Projetos Sancionados	00136
Projetos Promulgados	00119
Projetos Vetados	00041

Sinopse:

<p style="text-align: center;">DIRETORIA ADMINISTRATIVA DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p style="text-align: center;">SINOPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO ORDINÁRIO, COMPREENDIDO ENTRE 15 DE FEVEREIRO E 22 DE DEZEMBRO DE 2009.</p> <p style="text-align: center;">TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA</p>	
Projetos Arquivados	00071
Projetos Rejeitados	00005
Proposições	00079
Projetos de Resolução Apresentados	00024
Projetos de Resolução Aprovados	00011
Projetos de Decreto Legislativo	00006
Projetos de Decreto Legislativo Aprovados	00004
Indicações	00957
Indicações Aprovadas	00951
Mensagens do Poder Executivo Apresentadas	00135
Mensagens do Poder Executivo Aprovadas	00123
Requerimentos dos Exmos. Deputados	06289
Ofícios Expedidos	05425
Ofícios Expedidos para o Exmo. Governador	00126
Ofícios Internos	04692
Ofícios Externos	05276
Atos da Comissão Executiva	02390
Portarias	00270
Protocolados	15783
Sessão de Encerramento.	
<p style="text-align: center;">Sala das Sessões, em 17/12/09. (a) COMISSÃO EXECUTIVA.</p>	

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta presente Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, ressalvada a convocação de Sessões Extraordinárias pelo Sr. Governador. Convidando os Exmos. Srs. Deputados para a instalação da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, no dia 2 de fevereiro, e não no dia 15 como comentou o jornal de hoje, é no dia 2

de fevereiro de 2010, onde S. Exa. o Governador prestará contas das realizações do Poder Executivo, conforme dispositivos da Constituição do Estado.

Antes de levantar a Sessão, quero, em meu nome pessoal, agradecer a todos os Deputados, sem exceção. E ao tempo em que agradeço a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero também aproveitar para pedir desculpas, com toda franqueza e com toda a humildade, a V. Exas. se, porventura e com certeza, algumas vezes

tenha sido um pouco rude, um pouco grosseiro, ou impaciente, ou até intransigente, com qualquer uma das senhoras e dos senhores. Mas, se não pude ter o sorriso de orelha a orelha, era porque o cargo de Presidente assim exigia para que pudéssemos avançar nesta Casa.

E não posso deixar de agradecer ao mais humilde funcionário desta Casa, ao mais humilde funcionário que nos ajudou a todo instante, aos nossos companheiros aqui da Mesa, aos companheiros garçons, à imprensa que muitas vezes foi um pouco rude conosco, até mesmo dizendo que abrimos um “pacote de bondades.” Alguém me dizia: “Se não votássemos o que veio para cá seríamos acusados de omissão; como votamos, abrimos um pacote de bondades para os outros Poderes.” Tem gente abrindo o pacote de maldades. E espero que no ano de 2010 esse pacote seja jogado fora, porque não combina conosco e nem com quem tem Deus no coração.

Portanto, quero, ao tempo que agradeço mesmo a todos vocês, dizer que podem sair por aí com orgulho desta Casa, que trabalhou neste ano valendo, jamais fez tantas Sessões Ordinárias e Extraordinárias, jamais tantas Audiências Públicas na história desta Casa, as Comissões Permanentes nunca trabalharam da maneira como trabalharam. Isso sem falar nos avanços que tivemos a nível do Portal da Transparência, de comunicação, de modernidade, até porque já estamos cansando as pessoas quando falamos nisso. Mas, o mais importante é que podem ter a certeza, todas as senhoras e todos os senhores, que fizemos o possível, como bem diz o nosso Deputado “Lobinho”, fizemos o melhor possível, esse é o lema.

Então, quero agradecer a vocês e informar que esta Casa estará dando férias coletivas aos seus funcionários a partir de 18 de dezembro até o dia 18 de janeiro de 2010. Portanto, férias coletivas aos nossos funcionários. E peço a compreensão dos Parlamentares, pois a Casa estará fechada nesse período.

No mais, por mais que eu procure nesta hora, por mais que busque em minha ideia palavras bonitas, eficazes, desejando saúde, feliz Natal, amor para todos, não existem outras com maior eficácia do que muito obrigado. Feliz Natal e um grande ano para todos nós.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 2364/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob n° 8985, datado de 29/08/07, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar o Ato da Comissão Executiva n° 1439/08;

2 - conceder aposentadoria por idade e proporcional ao tempo de contribuição a Sebastião Gonçalves de Deus, Matrícula n° 40645, portador do RG n° 399.742-1 - PR e CPF n° 087.129.649-72, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de motorista, nível NBA-03, nos termos do artigo 40, inciso III, letra ‘d’ e parágrafo 4° da Constituição Federal em sua redação original, combinado com o artigo 3° da Emenda Constitucional n° 041/03, com proventos mensais de seu cargo e proporcionais ao seu tempo de contribuição, acrescidos de 04 (quatro) adicionais, por tempo de serviço, à razão de cinco (05) por cento a cada cinco (05) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei Estadual n° 6174/70, mais verba de representação no valor de quarenta por cento (40%) de seu vencimento básico, resultando em proventos conforme cálculos de fls. 71, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa. Os proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos.

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 16/12/09.

NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA N° 0265/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 15714, datado de 16/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, Antonio Alves da Costa, Matrícula n° 40579, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 09/01/2010, com término em 09/07/2010, CID 10.I 25 1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/12/09.

ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês julho de dois mil e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Professor Lemos, Reni Pereira. Mais a presença da Deputada Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 304/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/09, autoriza o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes do contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569, de 29 de maio de 2002. Relator Deputado Reni Pereira, que faz a apresentação detalhada e minuciosa do relatório. O Sr. Presidente coloca a matéria em discussão. Os Srs. Deputados Elio Rusch, Professor Lemos, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira e mais o Presidente da comissão, fizeram seus questionamentos e observações. O Relator da matéria Deputado Reni Pereira respondeu a todas as questões e ao final apresentou o parecer FAVORÁVEL com a inclusão de emenda, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês setembro de dois mil e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Elio Rusch, Duílio Genari. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à

Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 155/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/09, fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pelo Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com abstenção do Deputado Reni Pereira. 02) Projeto de Lei nº 378/09, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que dispõe sobre relatórios a serem enviados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/09, objetiva alterar o Anexo II da Lei nº 15793, de 03/04/08, conforme especifica. (Altera, conforme especifica, as quantidades de vagas, por função e por classe, na Carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO). Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala da Comissão de Finanças, às 11h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Reni Pereira pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 418/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/09, objetiva dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04 de julho de 2003, alterados pela Lei nº 15878, de 09 de julho de 2008. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 467/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 077/09, objetiva dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 15724, de 10/12/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos

Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná - PRO-APL. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala da Comissão de Finanças, às 11h, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Luiz Nishimori, Elio Rusch, Duílio Genari e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Duílio Genari pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 532/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, altera a alínea p. 1 do artigo 14 da Lei nº 16016, de 19 dezembro de 2008. (alteração na nomenclatura de gasolina de aviação para combustíveis de aviação). O Relator Deputado Reni Pereira esclarece que após a resposta da Secretaria de Estado da Fazenda, demonstrando a existência de destacada redução de receita a ser propiciada com implemento desta proposta, somos compelidos a manifestar-mos com o devido Parecer pela NÃO APROVAÇÃO do Projeto em

questão. Tal parecer foi APROVADO, com abstenção do Deputado Elio Rusch. 02) Projeto de Lei nº 373/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que altera a Lei nº 2504, de 21 de novembro de 1995, que foi alterada pela Lei nº 4128, de 10 de dezembro de 1959. (pensões). Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Duílio Genari. 03) Projeto de Lei nº 620/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/09, que objetiva estabelecer a qualidade de cargos de provimento em comissão e de exercício de funções acadêmicas na estrutura organizacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES. Relator Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Luiz Nishimori. 04) Projeto de Lei nº 254/09, autor Deputado Elton Welter, que estabelece regras de proteção e utilização sustentável do Pinheiro do Paraná. Relator Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Dobrandino da Silva. 05) Projeto de Lei nº 574/07, autor Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a implantação obrigatória do cupom Fiscal às empresas de transporte urbano e intermunicipal. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 380/09, autor Tribunal de Justiça - Ofício nº 710/09, altera o artigo 160 da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003. (Código de Organização e Divisão Judiciárias). Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário